

Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça  
Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Administrativo  
Sr. Desembargador Caetano Duarte, o mais antigo  
Desembargador deste Tribunal, e, na pessoa de  
V. Excia., todos os/as Exmos/as. Desembargadores/as  
da Relação de Lisboa.

Sra. Ministra da Justiça

Sr. Procurador-Geral da República

Sr. Provedor de Justiça

Sr. Secretário de Estado da Justiça

Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto  
e dos Assuntos Parlamentares

Sr. Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura  
e Srs. Conselheiros deste mesmo Conselho Superior

Srs. Vice-Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça,  
do Supremo Tribunal Administrativo  
e do Tribunal de Contas, este por si e em representação  
do Sr. Presidente do Tribunal de Contas.

Sras. Conselheiras e Srs. Conselheiros

Srs. Presidentes deste Tribunal que me antecederam

Srs. Presidentes dos Tribunais da Relação do Porto,  
Coimbra, Évora e Guimarães e Srs. Presidentes  
dos Tribunais Centrais Administrativos do Sul e do Norte

Sr. Bastonário da Ordem dos Advogados

Sr. Vice-Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa  
e Srs. Vice-Presidentes dos Tribunais da Relação  
do Porto, Coimbra e Évora

Sra. Procuradora-Geral Distrital de Lisboa

Sr. Presidente da Associação Sindical dos Juízes  
Portugueses

Sr. Presidente do Sindicato do Ministério Público

Senhor Presidente do Conselho Distrital de Lisboa  
da Ordem dos Advogados

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau,  
onde se encontra situado este Tribunal

Sras. e Srs. Presidentes das Secções deste Tribunal  
da Relação e demais Sras. e Srs. Desembargadores  
e Sras. e Srs. Procuradores-Gerais Adjuntos

Srs. Representantes do Chefe de Estado-Maior General  
das Forças Armadas, do Chefe de Estado-Maior  
da Armada, do Chefe de Estado-Maior do Exército,  
do Chefe de Estado-Maior da Força Aérea e do  
Sr. Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana

Sr. Director do Centro de Estudos Judiciários nomeado,  
Srs. Directores-Gerais, Srs. Presidentes de Institutos,  
Srs. Sub-Directores-Gerais e Srs. Chefes de Gabinete  
do Exmo. Presidente do STJ e do Sr. S.E. da Justiça

Sr. Presidente da Câmara dos Solicitadores

Sr. Presidente do Sindicato dos Funcionários Judiciais

Sras. e Srs. Funcionários Judiciais

Ilustres convidados e amigos

Minhas Senhoras e meus Senhores

I. A presença de V. Excias. nesta sessão solene do Tribunal da Relação de Lisboa, é para esta Instituição uma manifestação de respeito e consideração e é para mim uma honra e um forte estímulo para o exercício das funções em que acabo de ser empossado.

Esta vossa presença sensibiliza-me e encoraja-me!

II. Há muitos, muitos anos, tal como se iniciavam as antigas histórias infantis, também eu tive um Pai, sábio e bondoso, que me ensinou os princípios que me haviam de reger pela vida fora e que me foram explicados de uma forma muito simples: honra, honra e honra!

Acrescentava então o meu Pai, para a criança que eu então era: “Tudo o que fizeres, fá-lo com honra!”

Ao centrar nestas palavras todo o ensinamento de vida que me queria legar, ele sabia que essa era a chave para que, todos os dias, me pudesse sentir bem comigo mesmo e também disponível para poder ajudar os que se cruzassem no meu caminho.

Com essa matriz surgiu o exercício da Magistratura, que encerraria todo o meu ideal e projecto de trabalho!

Agradeço a meu Pai o seu acertado ensinamento!

E agradeço também aos Colegas que, mais uma vez, chamados a elegerem um seu Par para exercer as funções de Presidente deste Tribunal da Relação de Lisboa, reconheceram o trabalho que tenho vindo a desenvolver e, acreditando na sua continuação, voltaram a dar-me o seu voto de confiança, confiança que espero devolver com a mesma dignidade com que tenho pautado o exercício destas funções.

Conhecendo as dificuldades e os desafios que são colocados a todos aqueles que têm a responsabilidade de administrar a Justiça em nome do Povo, sejam eles Juízes deste Tribunal da Relação de Lisboa, do Distrito Judicial de

Lisboa ou de todo o País, a todos manifesto o meu profundo respeito pela forma empenhada e digna como têm honrado o exercício destas funções.

Este sentimento de profundo respeito é extensivo à Magistratura do Ministério Público e aos demais operadores de Justiça. Sem a sua colaboração, cada um nas suas nobres funções, a Justiça não seria plenamente realizada.

Uma palavra de especial agradecimento às Sras. e Srs. Advogados que, tantas vezes em situações difíceis, se empenham para que a verdade e a Justiça sejam alcançadas. Não devemos esquecer que é nas suas mãos que, numa primeira fase, os cidadãos depositam a sua confiança. Os Advogados constituem um dos elos necessários à administração da Justiça.

Na pessoa do Sr. Bastonário da Ordem dos Advogados, aqui presente, saúdo todos os Advogados do nosso País.

Aos Exmos. Srs. Presidentes deste Tribunal que me antecederam, alguns deles hoje nos honrando com a sua presença neste acto solene – **Sr. Conselheiro Cardona Ferreira, Sr. Conselheiro Duarte Soares e Senhor Desembargador Silva Pereira** – a minha respeitosa saudação.

Aos meus Amigos aqui presentes e aos ausentes que, por razões várias, aqui hoje não puderam estar, quero expressar o meu apreço e gratidão porque a amizade é um sentimento muito nobre, fale ela a língua que falar.

Palavras de afecto e reconhecimento à minha Família, à minha mulher Dina, às minhas filhas Catarina e Cristina, ao José Pedro e ao Luís Miguel que, nos bons e nos menos bons momentos da Vida, incondicionalmente me têm apoiado, mostrando-me que o carinho é o melhor conforto e o maior incentivo para vencer os desafios.

Agradeço ainda a todos os que comigo trabalham neste Tribunal da Relação de Lisboa, possibilitando que a imagem da Justiça seja fortalecida. Este trabalho, desenvolvido com celeridade e correcção, apenas é possível porque desempenhado com competência, generosidade e coordenação. E assumido como uma tarefa de todos.

Com a vossa ajuda foi possível tornar a duração média para a apreciação e decisão dos processos neste Tribunal da Relação como a mais competitiva da Europa. Estamos a falar de um tempo médio de duração inferior a três meses.

Nas reuniões anuais dos Presidentes e dos Procuradores-Gerais Distritais dos Tribunais Superiores de 2.<sup>a</sup> Instância das Capitais da União Europeia, em que tenho estado presente, nomeadamente em Paris, Roma e Berlim, a nossa média de duração para a prolação da decisão final nos recursos tem sido considerada como uma meta a atingir por todos os participantes naquelas reuniões.

É nossa obrigação realçar o que de bom há neste País também na área da Justiça e que, neste caso, resulta de muito trabalho e competência. A todos vós dirijo o meu agradecimento.

E são também de agradecimento as palavras que dirijo a todos os que trabalham na comunicação social.

Sempre que tenho sido chamado a pronunciar-me, em público, na comunicação social, tenho-o feito com o respeito que lhe é devido e com uma palavra de reconhecimento. E é essa palavra que hoje aqui volto a pronunciar.

Penso ser mútuo o sentimento de respeito e de colaboração que nos tem unido durante estes anos em que,

por razões de trabalho, se tem mantido o nosso relacionamento.

É preciso informar! Direi mesmo: é imperioso informar!

Informar com verdade, ouvindo e investigando, com os limites impostos pela lei e com respeito pelas pessoas.

Uma sociedade só é livre se tiver uma informação isenta!

E uma informação isenta, sendo um direito de todos, constitui um especial dever para os profissionais da informação.

Sei que é ténue o equilíbrio entre o dever de informar com isenção e o de, por vezes, manter um silêncio que não se traduza em desinformação. Mas, é lidando com esta fronteira que se criam as grandes figuras do jornalismo, a quem presto, também aqui, a minha homenagem.

Para todos os operadores de informação mantenho a minha disponibilidade, na observância da lei, para prosseguir esta saudável colaboração, com respeito, seriedade, rigor e competência recíprocos.

A todos vós dirijo as minhas saudações!

III. Em anteriores tomadas de posse falei da necessidade de solucionar problemas relacionados com a falta de condições de trabalho e da premente necessidade de reconquistarmos o prestígio dos Tribunais, quer perante os outros órgãos de soberania, quer, especialmente, perante os cidadãos.

Para além das expectativas então enunciadas, foi possível concretizar alguns daqueles propósitos.

Conseguimos uma melhoria significativa das condições de trabalho para os que aqui exercem as suas funções. O número de Gabinetes de trabalho passou de doze (12), em 2005, para noventa e quatro (94) em 2011. O local onde as Sras. e Srs. Funcionários trabalham, que temos de reconhecer como exíguo e com insuficientes condições, teve alguns melhoramentos. Mas há ainda muito a fazer.

A dignificação da Justiça tem sido uma batalha travada por todos os operadores judiciais no seu dia a dia. E acredito que será, em breve, uma batalha ganha. Vamos reconquistar a confiança na Justiça junto dos cidadãos. Esta é uma tarefa nossa, em primeiro lugar. Mas é também uma tarefa do Poder Político. A todos lanço este repto e aqui deixo a minha confiança em que será defendido este ideal, o

qual constitui um dos mais importantes alicerces do Estado de Direito.

IV. Hoje, dia 21 de Setembro de 2011, data marcada por Sua Excelência o Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça para me ser dada posse, mantendo os objectivos que vêm de anteriores mandatos, é de valores que vos quero falar.

E é de coração aberto que vos falo dos valores! Valores como a honra, a lealdade, o respeito por nós próprios e pelos outros, a confiança, a humildade, o saber ouvir, o sentido do dever, a ousadia de ser corajoso e de seguir em frente quando outros pensam ser mais seguro ficar parados e assim permanecem. E tantos outros valores que nos elevam, enquanto seres humanos, e que nos transportam aos antigos usos de quando “à palavra dada por um homem” era granjeada a maior garantia do seu cumprimento.

Os tempos mudaram! Mas esta mensagem continua nos corações dos Homens de Honra. E não há tecnologia que a possa substituir.

Um grande Amigo meu, enviou-me, há dias, um e-mail que se referia a uma arte esquecida: **a arte de escutar!**

Tratava-se de uma ode ao saber escutar, celebrada pelo mineiro Rubem Alves, escritor brasileiro de renome que, parafraseando Alberto Caeiro, refere que “não é bastante ter ouvidos para ouvir o que é dito. É preciso também que haja silêncio dentro da alma. Daí a dificuldade...”. Acredito que um dos caminhos para aprendermos a ouvir e alcançarmos esse almejado silêncio é através da preservação dos valores que enunciei.

Estes valores são o alicerce de cada um de nós. Distinguem-nos em todos os momentos e fazem-nos suportar e vencer as maiores crises pelo simples facto de acreditar na força dos ideais por que lutamos. Pelos valores que respeitem o “outro” e a nós próprios através do outro, levantaram-se as maiores revoluções da Humanidade, ainda que começadas por sonhar um sonho, como bem o sabia Martin Luther King.

São os valores que nos mantêm firmes no presente e que nos lançam no futuro. Com valores vencemos todas as crises! Com valores somos Poderosos!

Perdoem-me o orgulho da afirmação, mas estou intimamente convencido que são desta têmpera as Mulheres

e os Homens deste nosso Tribunal, que dedicam a sua vida, através da administração de Justiça, a ajudar a construir uma sociedade mais justa, encarando os problemas apenas como uma etapa para a sua resolução, fiéis aos princípios constitucionais, cientes de que “(...) incumbe aos tribunais assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, reprimir a violação da legalidade democrática e dirimir os conflitos de interesses públicos e privados” (artigo 202.º, n.º 2 da CRP). Estes princípios, entendo, apenas se podem realizar plenamente se alimentados pelo trabalho, pela competência, pela dedicação, pela coragem e pela preservação dos valores que os devem nortear.

Nestes momentos difíceis que vivemos, volto a realçar que é com valores como a honra, a lealdade, o respeito por nós próprios e pelos outros, a confiança, a humildade, a coragem, o saber ouvir, o sentido do dever e com o nosso trabalho, que respondemos ao desafio de sairmos vencedores e de cabeça erguida.

Por esta afirmação, respondo eu. E sei que respondem também todas aquelas e todos aqueles que trabalham nesta Casa da Justiça. Sabemos os deveres que sobre nós

recaem: a responsabilidade dos nossos actos e a sua repercussão nos seus destinatários.

E sabemos que através destes valores encontraremos sempre a melhor solução, tal como a encontrou o nosso antepassado Egas Moniz.

A Justiça será o reflexo dos valores que o legislador, e aqueles que a administram, elegerem em cada momento.

Mas sejam quais forem os valores por estes eleitos é necessário que se tenha presente que:

- A Justiça quer-se Viva! A Justiça quer-se Viva!

Para isso deve ser clara, acessível a quem se dirige, quer seja veiculada pela palavra quer pelas novas tecnologias. Mas sempre inteligível para ser percebida pelos seus destinatários naturais: os cidadãos.

Exige-se que seja justa e que essa justeza seja entendida para poder ser aceite.

Apenas quando o Homem compreender a palavra da Justiça como compreende a água que lhe sacia a sede, teremos encontrado o caminho que nos leva à sua realização.

Mas, tal como tenho vindo a referir, não há Justiça justa se não houver valores na sua aplicação! A mera indicação cega de preceitos legais pode levar-nos a um Mundo desumano, quando é de humanidade que a Justiça mais precisa. Antes de aplicar uma disposição legal devemos compreender o verdadeiro problema que é submetido à nossa apreciação. Caso contrário, não passaremos de um médico a receitar medicamentos a um paciente sem que previamente lhe tenha sido feito o diagnóstico.

A verdade é que acredito firmemente que antes de sermos Magistrados, temos de ser Homens e Mulheres com princípios, com valores, com honra, conhecedores da vida e dos seus reveses, tão corajosos e lutadores como humildes perante a irrefutabilidade das nossas limitações por nos sabermos simplesmente humanos.

A todos os cidadãos posso garantir que os Magistrados e todos aqueles que trabalham nesta Casa da Justiça, que é o Tribunal da Relação de Lisboa, farão o melhor que puderem e souberem para ajudar o País a construir uma Justiça com os valores que tenho vindo a referir!

Com a colaboração de todos, quero inscrever como lema deste mandato:

**VAMOS MANTER VIVOS OS VALORES DA JUSTIÇA!**

E vamos começar já! Porque, como se diz na minha terra “A andar se fáien ls caminos” (a andar se fazem os caminhos) e este, somos nós que temos de o fazer!

A todos, um Muito Obrigado!

Lisboa, 21 de Setembro de 2011

*(Luís Maria Vaz das Neves)*